

História sem revanchismo: os atributos do *Brasil: Nunca Mais* nas agendas midiáticas de *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*¹

History without revenge: the attributes of *Brasil: Nunca Mais* in the agendas of *Folha de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*

Luana Chinazzo MÜLLER²

Resumo

O livro *Brasil: Nunca Mais* relata as práticas de tortura inferidas a presos políticos durante o período de ditadura militar no Brasil. O projeto coordenado pelos religiosos Dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright, feito clandestinamente e lançado em julho de 1985, chocou ao denunciar os horrores dos anos de chumbo e, em paralelo, lançar uma lista com 350 nomes de torturadores. O presente artigo propõe analisar como a imprensa brasileira agendou a publicação, por meio da análise de conteúdo (AC) dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Com a pesquisa, podemos perceber quais atributos do livro – que chocou muitos e deixou tantos outros descontentes – foram destacados na agenda midiática, além da presença de colunas de opinião que demonstram um interesse do público, por meio dos líderes de opinião, pela obra.

Palavras-chave: Jornalismo impresso. Ditadura civil-militar brasileira. Agendamento midiático.

Abstract

The book *Brasil: Nunca Mais* reports the practices of torture inferred to political prisoners during the period of military dictatorship in Brazil. The project, coordinated by Don Paulo Evaristo Arns and Jaime Wright, was clandestinely launched in July 1985, shocking to report the horrors of the lead years and, in parallel, to launch a list of 350 names of torturers. This paper proposes to analyze how the Brazilian press has scheduled the publication, through content analysis (AC) of the newspapers *Folha de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*. From this research, we can see which attributes of the book – which shocked many and left so many others discontented – were highlighted in the media agenda. In addition to the presence of opinion columns that demonstrate an interest of the public, through opinion leaders, by the work. We also perceive the

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na PUCRS. Bolsista Capes. E-mail: luachinazzo@gmail.com

presence of opinion columns that demonstrate an interest of the public, through opinion leaders, through the work.

Keywords: Journalism. Brazilian civil-military dictatorship. Agenda-setting.

Introdução

[...] o método de tortura foi institucionalizado em nosso País, e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a respeito, sendo que, em uma delas o Interrogado e alguns companheiros, serviram de cobaias, aula esta que [...] foi ministrada para cem militares das Forças Armadas [...] que à concomitância da projeção dos “slide” sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados [...]. O trecho acima faz parte do relato de um ex-preso político sobre a tortura a que foi submetido durante a ditadura de segurança nacional no Brasil presente no livro *Brasil: Nunca Mais (BNM)*³ (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 31). A obra relata casos de torturas e mortes durante o regime militar por meio de dados levantados dos processos apresentados por vítimas e famílias de vítimas da ditadura militar no Superior Tribunal Militar. Dentre os relatos estão muitos tipos de atrocidade, desde uso de presos como cobaias em aulas de torturas para outros militares até torturas físicas e psicológicas em crianças e mulheres grávidas.

O BNM foi originado pelo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul (CLAMOR) e atuou como uma rede de solidariedade em defesa dos direitos humanos através de investigações e denúncias de violações entre 1977 e 1984. O CLAMOR inicialmente reproduziu a totalidade dos processos que chegaram até ao Tribunal durante a ditadura militar dando origem aos projetos A e B. Posteriormente, o projeto B foi sintetizado por dois jornalistas contratados dando origem ao volume literário. (ABREU, 2001; BAUER, 2006; 2008).

Lançado logo após a abertura política e após a Lei da Anistia, promulgada pelo último presidente militar, João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, que concedia anistia recíproca e irrestrita, o livro reacendeu discussões que versavam sobre a necessidade de conhecer a história completa da ditadura e sobre o revanchismo de

³ Ao longo do texto, usaremos a abreviação “BNM” para referir ao livro *Brasil: Nunca Mais*.

opositores ao regime. Além do livro, o projeto BNM organizou, entre outros itens, uma lista contendo 350 nomes de torturados (BAUER, 2008). Bauer (2014, p. 126) explica as tensões em torno da Lei da Anistia: “O direito à verdade, assim, não era necessário, pois se considerava a ditadura ‘página virada’ e, em última instância, uma ameaça à possibilidade de reciprocidade à anistia”.

Por meio da análise de conteúdo (AC) de dois jornais impressos de influência no Brasil durante o período, *Folha de S. Paulo* (FSP)⁴ e *Jornal do Brasil* (JB)⁵, este trabalho pretendeu identificar de que maneira o livro esteve presente na agenda midiática ao perceber os atributos destacados pela imprensa. Buscou também observar se as discussões em torno do revanchismo e da Lei da Anistia estiveram presentes nos dois primeiros meses após o lançamento do relatório. Interessou a este trabalho apenas a agenda midiática, uma vez que não tínhamos condições de mensurar a incidência desta na agenda pública.

O artigo foi construído da seguinte forma: primeiramente, apresentou-se, ainda na introdução, o projeto BNM e as questões que o lançamento do livro levantaram na sociedade brasileira. Em segundo lugar: levantou-se os preceitos básicos da hipótese da *agenda-setting*, abordando os dois níveis do paradigma, e da teoria dos *frames*. Posteriormente, foi realizada a análise de conteúdo dos jornais escolhidos. E, por fim, nas considerações finais, foram apresentados os resultados e limitações da pesquisa desenvolvida.

***Agenda-setting* e enquadramento**

Para responder a questão levantada por este trabalho, baseou-se na hipótese da *agenda-setting* –também chamada pela tradução *agendamento* –, cunhada por McCombs e Donald L. Shaw em 1972. O agendamento busca a influência dos *media* a médio e longo prazo, considerando o fluxo contínuo de informação. O agendamento não pressupõe uma manipulação ou persuasão por parte da mídia sobre o público, porém sustenta que a percepção da opinião pública sobre parte dos acontecimentos sofre alterações por meio da influência dos meios de comunicação de massa. As pessoas

⁴ Ao longo do texto, usaremos a abreviação “FSP” para referir ao impresso Folha de S. Paulo.

⁵ Ao longo do texto, usaremos a abreviação “JB” para referir ao impresso Jornal do Brasil.

tendem a dar maior importância ao que a mídia destacar, excluindo ou incluindo temas à agenda pública conforme eles são dispostos na agenda midiática (WOLF, 2008).

McCombs (2009) explica que o efeito do agendamento está condicionado à *necessidade de orientação* de cada indivíduo, que está relacionada à necessidade natural de informação e depende de dois fatores: relevância e certeza. Quanto menor for a experiência direta do indivíduo em relação a uma determinada área temática, mais este indivíduo dependerá da mídia para obter informações sobre esse tema. O agendamento midiático depende:

[...] do grau de exposição a que o receptor esteja exposto [...] do tipo de mídia, do grau de relevância e interesse que este receptor venha a emprestar ao tema, a saliência que ele lhe reconhecer, sua necessidade de orientação ou falta de informação, ou ainda, seu grau de incerteza, além dos diferentes níveis de comunicação interpessoal (HOHLFELDT, 2002, p. 200).

A comunicação interpessoal refere-se à importância percebida no duplo fluxo informacional, conceito resultante das pesquisas de Lazarsfeld et al. (1944 apud TRAQUINA, 2000), que considera que grande parte das informações chegam às pessoas não diretamente pela mídia, mas por meio de líderes de opiniões. A mensagem da mídia atingiria um número restrito de pessoas, estas pessoas conversariam sobre o tema, repassando-o a outras pessoas menos interessadas, mas que estão sob influência dos líderes (HOHLFELDT, 2002, 2013).

Além de considerar quais temas são publicados nos veículos, deve-se analisar *o que* é publicado sobre esses temas, o destaque que é dado, a ordem em que a notícia é publicada, uma comparação que é feita. Tais registros e abordagens podem mudar completamente a maneira que a opinião pública assimila o informado. McCombs (2008, 2009) nomeia esses fatores de *atributos*. Na evolução da hipótese do agendamento passou-se de verificar sobre o que se fala, para a verificação sobre *como* se fala (BARROS FILHO, 1995, grifo nosso).

O primeiro nível dos efeitos do agendamento é relacionado aos temas que os veículos pautam, já o segundo nível analisa os atributos pautados pela mídia. Alguns pesquisadores consideram o enquadramento uma evolução da teoria da agenda, convergindo no segundo nível dos efeitos, que considera o agendamento de atributos. Para McCombs (2009, p. 138, grifo do autor), o enquadramento é a ênfase em alguns

atributos do objeto na agenda midiática, ele defende que o agendamento de atributos confluíu as teorias da agenda e dos *frames*, contribuindo para o avanço dos estudos sobre efeitos da mídia ao “[...] enfatizar o *status* especial mantido por certos atributos, os enquadramentos, no conteúdo da mensagem”.

Mendonça e Simiões (2012, p. 193) destacam a dimensão política do enquadramento ao observarem que os quadros podem “[...] definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções”. Pesquisas no âmbito da psicologia sugerem que a formação de preferências pode sofrer alterações conforme o enquadramento empregado, reafirmam esse caráter do *frame* como instrumento de poder (PORTO, 2004). A maneira como um evento é retratado pelo veículo, os atributos acentuados ou não, influenciará como o acontecimento será interpretado por parte dos receptores. Neste trabalho, o aporte dessas teorias permitiu destacar os atributos enfatizados nas matérias publicadas nos impressos FSP e JB, referentes ao livro BNM.

Agendamento do *Brasil: Nunca Mais*

Para perceber o agendamento midiático e os atributos destacados pela imprensa brasileira sobre a publicação BNM, optou-se por trabalhar com dois grandes jornais impressos brasileiros. Foram escolhidos os diários FSP, de São Paulo, e JB, do Rio de Janeiro, ambos com circulação e influência nacionais no período analisado. Para análise dos jornais escolhidos, optou-se pela análise de conteúdo (AC), um método de pesquisa que reúne um conjunto de técnicas para uma observação sistemática e objetiva do conteúdo de mensagens. A AC busca descrever e interpretar as mensagens indo além da significação perceptível na leitura padrão. Ao considerar também o conteúdo latente dos textos, a metodologia permite reconstruir aspectos contextuais, como valores, opiniões e preconceitos de uma sociedade (BARDIN, 2011; BAUER; GASKELL, 2002).

Para compor o *corpus* de pesquisa foram levantadas as publicações que mencionam o BNM entre os dias 20 de julho, primeira menção ao livro localizada nos jornais, e 20 de setembro de 1985, dois meses após o lançamento. Após uma primeira seleção, excluiu-se as listas semanais de livros mais vendidos – embora seja importante mencionar que o livro figurou já no primeiro mês entre os mais vendidos. Desconsiderou-se também uma matéria da FSP, “‘Real’, a nova moeda do mercado

editorial”, que apenas cita o BNM. Após essa primeira etapa de organização, selecionou-se 12 textos da FSP e oito do JB. Como uma das colunas opinativas foi publicada em ambos os veículos, chegou-se a um total de 19 textos, que correspondem a notas, matérias, reportagens, entrevista e colunas de opinião.

Quadro 1 – Corpus da análise

	<u>Folha de S. Paulo</u>	<u>Jornal do Brasil</u>
20 jul. 1985	"Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão"	x
23 jul. 1985	x	"Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura"
24 jul. 1985	x	"Best-seller" "Um certo capitão Sérgio"
27 jul. 1985	"Grande projeto"	x
28 jul. 1985	"Nunca mais, mesmo"	"Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo"
30 jul. 1985	"África do Sul, governo dos fora da lei"	x
3 ago. 1985	"Reverendo diz que pesquisa identificou 350 torturadores"	x
11 ago. 1985	"Brasil: Nunca Mais' revela bastidores da tortura no País"	x
17 ago. 1985	x	"Na Oban, era o temível 'Major Tibiriçá"
21 ago. 1985	"Tortura, nunca mais"	"Tortura, nunca mais"
22 ago. 1985	"Isto aqui não é a Suécia"	x
25 ago. 1985	"Comunicado é resultado de tensão nos Quartéis"	x
27 ago. 1985	x	"Curió condena revanchismo e acusa 21"
1 set. 1985	"O 'Nunca Mais' brasileiro" "Segurança nacional, polêmica que marcará nova Carta"	x
4 set. 1985	x	"A torturante culpa da tortura"
8 set. 1985	"Antônio Britto conta a agonia de Tancredo"	x

Fonte: A autora.

Partimos da definição de Marques de Melo (2003) que entende os gêneros jornalísticos como classes que configuram a categoria comunicacional, podendo ser expressos em diferentes formatos, replicados em tipos. Beltrão (2006) destaca a importância das categorias que têm o papel de suprir necessidades sociais dos sujeitos. Para Marques de Melo e Assis (2010, 2016), os gêneros jornalísticos – no Brasil: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário – refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber, conhecer e acompanhar.

Com base na classificação de Marques de Melo (2003), separamos os textos analisados neste artigo em duas categorias: *informativos* – nota, notícia, reportagem e entrevista – e *opinativo* – editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica. Segundo o autor (2003, p. 63), o gênero informativo intenta reproduzir o real suprindo uma necessidade dos leitores de “saber o que se passa”; enquanto o opinativo

atribui valor, preenchendo a vontade da audiência em “saber o que se pensa sobre o que se passa”. Contabilizou-se 11 textos informativos e nove opinativos. Alguns dos textos categorizados como informativos apresentam características interpretativas, mesmo assim optou-se por manter a divisão em duas categorias pela dificuldade de conceitualizar esse gênero, que muitas vezes aparece como “uma categoria de configuração estrutural, cuja expressão narrativa oscila entre o estilo informativo e o opinativo” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 30).

Quadro 2 – Textos informativos

Informativos	
<u>Folha de S. Paulo</u>	<u>Jornal do Brasil</u>
"Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão"	"Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura"
"Reverendo diz que pesquisa identificou 350 torturadores"	"Best-seller"
"'Brasil: Nunca Mais' revela bastidores da tortura no País"	"Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo"
"Comunicado é resultado de tensão nos Quartéis"	"Na Oban, era o temível 'Major Tibiriçá'"
"O 'Nunca Mais' brasileiro"	"Curió condena revanchismo e acusa 21"
"Segurança nacional, polêmica que marcará nova Carta"	

Fonte: A autora.

Quadro 3 – Textos opinativos

Opinativos	
<u>Folha de S. Paulo</u>	<u>Jornal do Brasil</u>
"Grande projeto"	"Um certo capitão Sérgio"
"Nunca mais, mesmo"	"Tortura, nunca mais"
"África do Sul, governo dos for a da lei"	"A torturante culpa da tortura"
"Tortura, nunca mais"	
"Isto aqui não é a Suécia"	
"Antônio Britto conta a agonia de Tancredo"	

Fonte: A autora.

Dos *opinativos* percebemos, por meio de leitura atenta, que todos consideram o BNM um relatório legítimo, que denuncia os horrores do período da ditadura brasileira. Nos meses seguintes, algumas colunas de opinião apresentaram textos criticando o relatório e o considerando revanchista, mas essas não aparecem no período analisado

para este artigo. Dos textos *informativos*, saíram mais duas subcategorias, a composta por textos sobre o livro, chamada aqui também de *BNM*, e a dos *desdobramentos* causados pelo lançamento. Desses últimos, dois abordam opiniões contrárias ao livro manifestadas por militares em relação aos desdobramentos que envolvem a publicação.

Em um primeiro momento, focamos na análise qualitativa dos textos enquadrados na subcategoria *BNM* dentro da categoria *informativos*. A opção pela análise aprofundada desses textos partiu da vontade de perceber quais atributos do livro são destacados pelos jornais impressos. Esses textos são três de cada veículo: “Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão”, “‘Brasil: Nunca Mais’ revela bastidores da tortura no País” e “O ‘Nunca Mais’ brasileiro” da FSP; “Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura”, “Best-seller” e “Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo”, do JB. Em um segundo momento, abordamos os demais textos a fim de perceber quais atributos do livro também podemos localizar neles.

Quadro 4 – Subcategorias dos textos informativos

Informativos	
<i>BNM</i>	<i>Desdobramentos</i>
<u>Folha de S. Paulo</u>	
"Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão"	"Reverendo diz que pesquisa identificou 350 torturadores"
"'Brasil: Nunca Mais' revela bastidores da tortura no País"	"Comunicado é resultado de tensão nos Quartéis"
"O 'Nunca Mais' brasileiro"	"Segurança nacional, polêmica que marcará nova Carta"
<u>Jornal do Brasil</u>	
"Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura"	"Na Oban, era o temível 'Major Tibiriçá'"
"Best-seller"	"Curió condena revanchismo e acusa 21"
"Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo"	

Fonte: A autora.

A FSP foi o primeiro dos dois impressos a mencionar o BNM, em 20 de julho de 1985. A nota localizada na p. 5 da editoria de Política informa: “Equipe de pesquisadores lança livro sobre repressão”. O pequeno texto destaca que o livro foi feito com base em inquéritos por uma equipe que prefere ficar no “anonimato” e que o “impressionante” relato sobre a repressão, diferente do livro argentino⁶, não tem o

⁶ O livro *Nunca Más* (SÁBATO, 1984), da Argentina, foi produzido por meio da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), que fora criada em 1983 pelo Presidente eleito democraticamente Raúl Alfonsín. A criação da CONADEP foi parte de uma série de medidas instauradas

objetivo revanchista. Em seguida, no dia 23 de julho, o JB publicou seu primeiro texto sobre o BNM. Na p. 1, do Caderno B, a matéria “Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura”, escrita por Luciana Villas-Bôas, apresenta de forma aprofundada o livro, com trechos em citação direta e números da repressão. A jornalista escreve sobre a pesquisa “clandestina” e “impecável” que surpreendeu a todos. Destaca a legitimidade do livro “chocante”, feito com base nos processos da Junta Militar, que narra os “mais hediondos crimes”, inclusive contra crianças, mulheres e gestantes. O livro aparece na agenda do veículo como um relato “contundente” de uma “clareza didática”. A mesma matéria traz um glossário contendo tipos de torturas descritos na obra, contendo, entre outros, as descrições do pau-de-arara, da cadeira do dragão e da pimentinha. Esse texto ocupa uma página inteira, é acompanhado de uma ilustração e tem chamada na capa do jornal.

O terceiro escrito analisado é uma nota do dia 24 de julho do JB, localizada na p. 6 do primeiro caderno. A notinha “Best-seller” informa que a primeira edição da “anatomia da tortura sob a ditadura militar” esgotou em 24 horas. No dia 28 de julho, o JB publicou uma entrevista com o arcebispo de São Paulo e um dos coordenadores do projeto, D. Paulo Evaristo Arns, que assina o prefácio do livro. A entrevista, com título “Brasil Nunca Mais: História sem revanchismo”, localizada na p. 6 do caderno especial de domingo, inclui uma introdução na qual o livro é apresentado como uma “rigorosa pesquisa sobre a tortura política no país”, cuja iniciativa partiu da Arquidiocese de São Paulo. O texto informa que a primeira edição, mesmo sem publicidade, estava quase esgotada. As perguntas feitas a Arns abordam o trabalho da equipe responsável pela organização da obra, com destaque aos procedimentos tomados visando a segurança do projeto e dos envolvidos.

Duas perguntas demonstram certa preocupação do entrevistador, Alexandre Polesi, que provavelmente refletem as discussões que nortearam o lançamento: 1) “Por que no livro não há referência aos mortos pelas organizações subversivas?” Ao que D. Paulo responde que não era o objetivo desse livro, que se debruça em “Torturas e Prisões”, e deixa em aberto para quem quiser pesquisar, apesar de acreditar que “a vida deles está nos arquivos” e “embora eles não tenham sido torturados, presos, submetidos

por Alfonsín para concluir o processo de transição política, atendendo às demandas populares por justiça e verdade. O relatório que deu origem ao livro foi utilizado no julgamento dos militares envolvidos em tortura. O nome da obra argentina inspirou o nome da edição brasileira. (BAUER, 2008).

ao exílio e tantas outras coisas” – neste trecho, mesmo que de forma sutil, o religioso destaca a importância de relatar a repressão feita pelos militares em relação aos relatos sobre as mortes dos que “morreram no cumprimento do dever”; 2) “Houve preocupação de que o trabalho pudesse ter um vezo tendencioso?” O que, segundo Arns, nunca foi pensado, uma vez que sempre se teve como objetivo “fazer História”.

A segunda metade da entrevista aborda outras questões relacionadas à Arquidiocese e ao Vaticano. Por fim, o jornal pede que D. Paulo faça um balanço sobre o governo Sarney, vigente por cinco meses na data. Essa pergunta destaca o reconhecimento do clérigo como líder de opinião pelo veículo. O pastor presbiteriano que dividiu com Arns a coordenação do projeto, Jaime Wright, também é destacado como líder de opinião nesse e em outros textos, quando responde questões de caráter político e social.

O texto de 11 de agosto, da FSP, com título “‘Brasil: Nunca Mais’ revela bastidores da tortura no País”, assinado por José Ruy Gandra ocupa o topo da p. 13, na editoria de Política, mas não traz fotos e nem chamada na capa. A matéria denomina o BNM como o “mais amplo dossiê sobre a tortura política praticada no Brasil” e destaca que a obra estava entre as mais vendidas. A matéria aborda o sigilo da operação – que trocou de lugares algumas vezes para manter uma “rigorosa segurança” que incluiu enviar os documentos coletados ao exterior – e a surpresa com que o livro de “tema abominável” foi recebido pelo público. Destaca que o “objetivo seria preservar a memória do terror político e impedir repetição futura”, sem revanchismo, como destacou o arcebispo Arns, mas lutando “para nunca mais esquecer”. A matéria ainda apresenta números da repressão e menciona o irmão do pastor Jaime Wright que foi preso pelos militares e integra os desaparecidos pela ditadura.

O último dos textos da categoria *BNM informativos*, “O ‘Nunca Mais’ brasileiro”, de 1º de setembro de 1985, da FSP, insere-se em um matéria aprofundada sobre o Nunca Más, o relatório produzido na Argentina. No escrito que aborda a edição brasileira, a tortura aparece como um problema histórico no país, mas fortalecida por meio da ampliação dos alvos durante a ditadura. É destacado que embora os números brasileiros de mortos e desaparecidos sejam muito inferiores aos argentinos, em nada diminui “a barbaridade do inferno autoritário brasileiro”.

Quanto aos textos da categoria *desdobramento informativo*, podemos destacar uma lista contendo o nome de 350 torturadores produzida pelo mesmo projeto. Dois dos textos, “Comunicado é resultado de tensão nos Quartéis”, da FSP, e “Curió condena revanchismo e acusa 21”, do JB, abordam queixas de militares sobre a publicação que contribuiria para um sentimento revanchista e iria contra ao desejo da sociedade de virar a página do período de repressão.

Entre os textos opinativos, todos, com exceção de uma notinha na coluna do jornalista Rui Castro no caderno de cultura da FSP, foram escritos por personalidades, que aqui assumem papel de líderes de opinião. Não há editoriais dos veículos sobre o tema durante o período analisado. O conteúdo da categoria *opinativos* é, muitas vezes, carregado de críticas ao povo brasileiro que calou durante a repressão, à lei da anistia que deixou os torturadores impunes, e, sobretudo, aos militares e seu regime autoritário.

Sobre os conteúdos dos textos opinativos, consideramos relevante destacar dois pontos:

1) O texto “Um certo Capitão Sérgio” (JB, 24 jul. 1985, Caderno B, p. 2), do escritor Affonso Sant’anna, compara a ditadura brasileira ao nazismo alemão, e afirma que como lá, “a culpa é, senão de todos, pelo menos da maioria”, que ignoravam as barbáries narradas em “mais um relatório sobre a tortura” no país. Já o texto “Isto aqui não é a Suécia” (FSP, 22 ago. 1985, p. 3), do jurista Fabio Comparato, denuncia as desigualdades sociais que diferenciam o Brasil do país escandinavo. Para o autor, o livro que expõe os “horrores” do regime militar só choca porque as torturas também atingiram a classe média. A coluna “África do Sul, governo dos fora da lei” (FSP, 30 jul. 1985, Opinião, p. 3) menciona o BNM como relato “impressionante” que documenta “torturas e outros métodos bárbaros”.

2) O texto “Tortura nunca mais”, do psicanalista e militante da esquerda Hélio Pellegrino, foi publicado em ambos os impressos nas editoriais de Opinião, no dia 21 de agosto, na p. 3 da FSP e na p. 11 do JB. No texto, Pellegrino denuncia a tortura, a corrupção do regime militar e a lei da anistia que leva à impunidade dos torturados e ao esquecimento. Para o colunista, o BNM é um “espantoso texto”, “fruto de rigorosa paixão participante” e constitui um “libelo terrível contra o procedimento repressivo das Forças Armadas”. Ele ainda destaca o caráter apartidário e não panfletário do livro e denuncia o “tabu do revanchismo”, que impede que a sociedade discuta a tortura que

constituiu “um dos eixos do poder militar” e leva ao esquecimento. Do mesmo autor, a coluna “A torturante culpa da tortura” (JB, 4 set. 1985, Opinião, p. 11) rechaça novamente o argumento “revanchista” ao criticar a Lei da Anistia que concedeu impunidade jurídica, mas não moral aos torturadores. Sobre o livro, Pellegrino aponta que sua “força de convicção tem o peso de uma montanha de pedra” e que “denuncia e prova, sem possibilidade de refutação, o envolvimento institucional e oficial de setores das Forças Armadas, na prática da tortura política”.

Considerações finais

A partir da análise desenvolvida no presente artigo, podemos perceber que os dois jornais analisados tendem a destacar as mesmas características do BNM em seus textos, ou seja, os mesmos atributos, ou atributos assemelhados são destacados. O livro é constantemente referido como “chocante” e “surpreendente”, e seu conteúdo como “barbárie”, “abominável” e “horrível”. A questão do revanchismo reclamada pelos militares, como mostram dois dos textos da subcategoria de *desdobramentos* dentro da categoria *informativos*, é descartada no enquadramento das matérias dos jornais que, por sua vez, destacam o papel histórico do relatório, que deve ser conhecido para que o período de repressão, perseguição, torturas, mortes e desaparecimentos nunca mais se repita.

O *frame* optado pelos jornais destaca a legitimidade do relatório, que diferente de outros anteriores com base em depoimentos de vítimas, foi montado a partir de processos que corriam na Junta Militar. Percebemos que a maioria dos textos foi escrita por colunistas que assumem papel de líderes de opinião, e que os coordenadores do projeto, o arcebispo D. Paulo, entrevistado pela reportagem do JB, e o pastor Wright, cuja opinião é citada em algumas matérias, também são considerados líderes de opinião pelos veículos. A presença de posicionamento dos líderes sobre o tema aqui estudado, nos permite intuir que o livro suscitou interesse público.

No estudo do agendamento, optou-se pelo espaço limitado por não abordar as três categorias de pessoas que influenciam a organização do trabalho jornalístico e, por consequência, o agendamento: os promotores da notícia, aqueles que identificam um evento como especial; os *news assemblers*, aqueles que transformam em conhecimento

público eventos considerados especiais por meio da mídia; e os consumidores da notícia, aqueles sujeitos à influência da mídia. Também se optou por não abordar as relações entre agenda pública, agenda governamental e agenda midiática. É importante destacar que o artigo versa unicamente sobre a agenda midiática e não pretende intuir se houve influência dessa sobre a agenda pública ou política. O objetivo deste estudo, de perceber quais os atributos da temática estavam na agenda midiática, foi alcançado. Entretanto, para perceber a incidência desta nas outras agendas seria necessário outro tipo de pesquisa.

Referências

ABREU, Alzira Alves de et. al. (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v. 1.

ALMEIDA, Luciano Mendes. Grande projeto. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 jul. 1985.

ANTUNES, Elton. **Enquadramento**: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 85-99, dez. 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

BAUER, C. S. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-19, jun. 2008. Disponível em:

<<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/135/127>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Avenida João Pessoa, 2050** - 3o. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964 -1982). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35948/18569>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI; São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2006.

BEST-SELLER. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1985.

CASTRO, Rui. Nunca mais, mesmo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jul. 1985.
COMUNICADO É RESULTADO DE TENSÃO NOS QUARTÉIS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1985.

CURIÓ CONDENA REVANCHISMO E ACUSA 21. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1985.

EQUIPE DE PESQUISADORES LANÇA LIVRO SOBRE REPRESSÃO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1985.

GANDRA, José Ruy. 'Brasil: Nunca Mais' revela bastidores da tortura no País. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1985.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. In: _____; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.) **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 187-240.

_____. Uma teoria da comunicação para sociedades com grandes diferenças sociais. In: MARTINO, Luiz Claudio (Org.). **Teorias dos meios de comunicação no Brasil e no Canadá**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 175-180.

KONDER, Fabio. Isto aqui não é a Suécia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1985.

MAIA, Kênia Beatriz Ferreira; AGNEZ, Luciane Fassarella. O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - E-Compós*, Brasília, v. 13, n. 3, set./dez. 2010. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2012205061c97f11068185f3c6352403b/E_compós_AS_PT.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2018.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. (Orgs.). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

_____. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A Função do Agendamento dos media. In: TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo**: Análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000. p. 47-62.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 205-221, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/698/69830990011.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

MCQUAIL, Denis. **Teorias da comunicação de massa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

NA OBAN, ERA O TEMÍVEL “MAJOR TIBIRIÇÁ”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1985.

PELEGRINO, Hélio. Tortura, nunca mais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1985.

_____. Tortura, nunca mais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1985.

_____. A torturante culpa da tortura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 set. 1985.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. África do Sul, governo dos fora da lei. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 1985.

_____. O “Nunca Mais” brasileiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 1985.

POLESI, Alexandre. Brasil: Nunca Mais: “História sem revanchismo”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1985.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

REVERENDO DIZ QUE PESQUISA IDENTIFICOU 350 TORTURADORES. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1985.

SÁBATO, E. **Nunca mais**. Porto Alegre: L&P Editores, 1984.

SABINO FILHO, Mario. Antônio Britto conta a agonia de Tancredo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 set. 1985.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Um certo capitão Sérgio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1985.

TAVARES, Rita. Segurança nacional, polêmica que marcará nova Carta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 1985.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

_____. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In: _____ (Org.). **O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000. p. 13-46.

VILLA-BÔAS, Luciana. Nunca Mais: Um dossiê exuma a tortura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1985.

WOLF, Mauro. **Teoria das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.